

**Questões Lei 8112**  
**Fundação Carlos Chagas**

**1.**

Considere as seguintes situações:

- I. Maria foi aposentada por invalidez. Passado algum tempo, uma junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da sua aposentadoria, tendo Maria retornado à atividade.
- II. Mário sofreu acidente com moto que reduziu sua capacidade mental. Verificadas em inspeção médica as limitações mentais, ocorreu a investidura de Mário em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com essas limitações.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, considerando que Maria e Mário são servidores públicos estáveis, ocorreu, respectivamente,

- (A) reversão e readaptação.
- (B) reintegração e recondução.
- (C) reintegração e readaptação.
- (D) reversão e recondução.
- (E) readaptação e recondução.

**2.**

Um servidor público federal está aliciando subordinados para se filiarem ao partido político em que seu irmão sairá candidato a deputado estadual. Neste caso, de acordo com a Lei nº 8.112/90, considerando que não cometera em seu passado nenhuma infração disciplinar, ele está sujeito à penalidade de

- (A) suspensão de até 180 dias.
- (B) suspensão de até 120 dias.
- (C) exoneração.
- (D) advertência escrita.
- (E) disponibilidade.

**3.**

Considere as seguintes afirmativas:

- I. O prazo para conclusão de sindicância, em regra, não excederá trinta dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.
- II. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de trinta dias será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
- III. O servidor que responder a processo disciplinar poderá, em regra, ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, antes da conclusão do processo.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, a respeito da sindicância e do processo administrativo disciplinar, está correto o que consta APENAS em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

**4.**

Com relação ao provimento de cargo público, é correto afirmar:

- (A) Quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira, a nomeação far-se-á em comissão.
- (B) É defeso às universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais proverem seus cargos com professores e cientistas estrangeiros.
- (C) A promoção interrompe o tempo de exercício, que volta a ser contado após 30 dias da data de publicação do ato que promover o servidor.
- (D) Por determinação legal, não haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
- (E) Em regra, é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

**5.**

De acordo com a Lei nº 8.112, de 11/12/90, com relação ao provimento de cargo público, é correto afirmar que

- (A) o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício é de 30 dias, contados da data da posse.
- (B) às pessoas portadoras de deficiência serão reservadas 15% das vagas oferecidas em concurso público.
- (C) a investidura em cargo público isolado de provimento efetivo ocorrerá com a nomeação.
- (D) a posse ocorrerá no prazo de 30 dias contados da publicação do ato de provimento.
- (E) o concurso público para provimento de cargo de carreira terá a validade de 2 anos improrrogáveis.

**6.**

Readaptação é

- (A) o retorno à atividade de servidor em disponibilidade, mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- (B) o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- (C) a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultando de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- (D) o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou em virtude de reinvestidura do anterior ocupante.
- (E) a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

**7.**

Tício, aprovado em concurso público, foi nomeado para determinado cargo público e tomou posse. Todavia, deixou, sem justa causa, de entrar em exercício no prazo determinado. Nesse caso, Tício estará sujeito à

- (A) dispensa.
- (B) demissão.
- (C) exoneração de ofício.
- (D) disponibilidade.
- (E) aposentadoria compulsória.

**8.**

Considere as assertivas a respeito da acumulação de cargos públicos:

- I. Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimentos de um cargo público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.
- II. A proibição de acumular não se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas e empresas públicas.
- III. A proibição de acumular não se estende a cargos, empregos e funções em sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

**9.**

A respeito da responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor pelo exercício irregular de suas atribuições, correto afirmar:

- (A) A obrigação de reparar o dano é personalíssima e não se estendendo aos herdeiros e sucessores do servidor.
- (B) A responsabilidade civil-administrativa resulta de omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- (C) O servidor não responderá, por meio de ação regressiva, perante a Fazenda Pública, por danos causados a terceiros.
- (D) A responsabilidade civil decorre apenas de ato comissivo ou omissivo doloso, de que resulte prejuízo a terceiros.
- (E) A responsabilidade administrativa é independente da criminal e não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a autoria.

**10.**

De acordo com a Lei nº 8.112/90, a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, e o ressarcimento de todas as vantagens, consiste na

- (A) reintegração.
- (B) reversão.
- (C) readaptação.
- (D) aproveitamento.
- (E) recondução.

**11.**

Considere as afirmativas a respeito da Posse e do Exercício:

- I. Em regra, a posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- II. A posse não poderá se dar mediante procuração, tratando-se de ato de caráter eminentemente pessoal.
- III. A investidura em cargo público, em regra, ocorrerá com o efetivo exercício.
- IV. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, com relação ao provimento de cargo público, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

**12.**

Mário é técnico judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo. Seu superior hierárquico direto descobriu que ele exerce o comércio, na qualidade de acionista. Neste caso, em razão dessa descoberta, de acordo com a Lei nº 8.112/90, Mário

- (A) está sujeito à penalidade disciplinar de advertência escrita, fornecendo-se prazo para que Mário largue o comércio.
- (B) está sujeito à penalidade disciplinar de suspensão de até, no máximo, noventa dias.
- (C) está sujeito à penalidade disciplinar de suspensão de até, no máximo, sessenta dias.
- (D) está sujeito à penalidade disciplinar de demissão, uma vez que praticou conduta proibida a servidor público.
- (E) não está sujeito à penalidade disciplinar, uma vez que não praticou conduta proibida a servidor público.

**13.**

De acordo com a Lei nº 8.112/90, com relação às responsabilidades é correto afirmar:

- (A) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, mas, havendo cumulação, as sanções serão dependentes umas das outras.
- (B) A responsabilidade penal não abrange as contravenções penais imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- (C) Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá civilmente o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- (D) A responsabilidade administrativa do servidor, em regra, não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a sua autoria.
- (E) Não há responsabilidade administrativa de ato omissivo praticado pelo servidor no desempenho do cargo ou função.

**14.**

Mário foi destituído de cargo em comissão porque valeu-se dele para lograr proveito para a sua mãe em detrimento da dignidade da função pública. Neste caso, de acordo com a Lei nº 8.112/90, Mário

- (A) está incompatibilizado para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos.
- (B) não poderá mais retornar ao serviço público federal, havendo expressa vedação neste sentido.
- (C) poderá normalmente retornar ao serviço público federal, desde que não seja em cargo em comissão, devendo prestar concurso público.
- (D) está incompatibilizado para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de dez anos.
- (E) está incompatibilizado para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de seis anos.

**15.**

De acordo com a Lei nº 8.112/90, entende-se por inassiduidade habitual a

- (A) falta ao serviço, sem causa justificada, por quarenta e cinco dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- (B) ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.
- (C) ausência intencional do servidor ao serviço por mais de sessenta dias consecutivos.
- (D) falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- (E) falta ao serviço, sem causa justificada, por vinte dias, interpoladamente, durante o período de seis meses.

**16.**

Considere as assertivas:

- I. O concurso público terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado, por dois períodos sucessivos de até 3 anos.
- II. A investidura em cargo público ocorrerá com a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- III. A promoção, a reversão, o aproveitamento, a recondução e a reintegração são, dentre outras, formas de provimento de cargo público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.

**17.**

Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório dar-se-á, a

- (A) readaptação.
- (B) demissão.
- (C) exoneração de ofício.
- (D) recondução.
- (E) aposentadoria.

**18.**

Com relação à responsabilidade do servidor público, correto afirmar que

- (A) a responsabilidade administrativa do servidor se afastada no caso de absolvição criminal que negue existência do fato ou sua autoria.
- (B) as sanções civis, penais e administrativas si dependentes entre si e não poderão, em nenhuma hipótese, ser objeto de aplicação cumulativa.
- (C) a responsabilidade penal não abrange os crimes contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- (D) a obrigação de reparar o dano estende-se ai sucessores e contra eles será executada, podendo inclusive, exceder o limite do valor da herança recebida.
- (E) a responsabilidade civil e administrativa result apenas, de ato comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

**19.**

Maria praticou insubordinação grave em serviço e João revelou segredo do qual se apropriou em razão do cargo. Maria e João estão sujeitos à penalidade administrativa de

- (A) demissão e advertência verbal, respectivamente.
- (B) advertência verbal e demissão, respectivamente.
- (C) demissão e advertência por escrito, respectivamente.
- (D) advertência verbal e advertência por escrito respectivamente.
- (E) demissão.

**20.**

Com relação às penalidades disciplinares, é certo que

- (A) configura abandono de cargo a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- (B) será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.
- (C) se entende por inassiduidade habitual a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.
- (D) será sempre aplicada a penalidade de demissão e caso de reincidência das faltas punidas com advertência.
- (E) a destituição de função comissionada não é considerada penalidade disciplinar.

21.

A ação disciplinar em relação às infrações puníveis com **demissão** e às infrações puníveis com **suspensão** prescreverá, respectivamente, em:

- (A) 1 (um) ano e 180 (cento e oitenta) dias.
- (B) 3 (três) anos e 1 (um) ano.
- (C) 3 (três) anos e 2 (dois) anos.
- (D) 5 (cinco) anos e 2 (dois) anos.
- (E) 5 (cinco) anos e 3 (três) anos.

22.

Com relação ao vencimento e à remuneração dos servidores públicos, é certo que

- (A) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.
- (B) a remuneração, em nenhuma hipótese, será objeto de arresto, seqüestro ou penhora.
- (C) vencimento é a remuneração do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- (D) a remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- (E) o servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, mesmo que justifique sua ausência.

23.

No que concerne à vacância dos cargos públicos, analise:

- I. A demissão caracteriza-se como medida punitiva que proporciona o desligamento do servidor do quadro de pessoal da entidade a que se vincula.
- II. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á exclusivamente a pedido do servidor, uma vez que não possui caráter punitivo.
- III. A promoção é a mudança do servidor de um cargo para outro, da mesma natureza de trabalho, com elevação de função e vencimento.
- IV. A exoneração de cargo em comissão, em virtude de seu caráter punitivo, dar-se-á sempre a juízo da autoridade competente.

Diante disso, são corretos SOMENTE

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e III
- (E) III e IV

24.

Um servidor público federal estável foi inabilitado em estágio probatório relativo a cargo público diverso do que exercia, tendo que retornar ao cargo anteriormente ocupado. Nessa hipótese, considerando que o cargo de origem não se encontrava provido, ocorreu

- (A) recondução.
- (B) readaptação.
- (C) reversão.
- (D) reintegração.
- (E) aproveitamento.

25.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, dentre outras hipóteses, a vacância de cargo público decorrerá de

- (A) reversão, exoneração e demissão.
- (B) nomeação, falecimento e demissão.
- (C) reintegração, exoneração e posse em outro cargo inacumulável.
- (D) promoção, posse em outro cargo inacumulável e aposentadoria.
- (E) posse em outro cargo inacumulável, aproveitamento e falecimento.

**26.**

Mário, técnico judiciário, no exercício irregular de suas funções, praticou ato omissivo culposos que resultou em prejuízo ao erário e a terceiros. Considerando que Mário faleceu, seus sucessores

- (A) não serão responsáveis pela reparação do dano, uma vez que não há responsabilidade civil decorrente de ato omissivo.
- (B) serão responsáveis pela reparação do dano até o limite do valor da herança recebida.
- (C) não serão responsáveis pela reparação do dano, uma vez que não há responsabilidade civil decorrente de ato culposos.
- (D) não serão responsáveis pela reparação do dano, uma vez que a responsabilidade civil não se estende aos sucessores do autor do dano.
- (E) serão responsáveis pela reparação do dano até a satisfação integral do prejuízo, podendo ultrapassar, inclusive, o valor da herança recebida.

**27.**

A um técnico judiciário que cometeu infração disciplinar foi aplicada pena de suspensão. Considerando que ele não praticou nova infração disciplinar, essa penalidade que lhe fora aplicada terá o seu registro cancelado após o decurso de

- (A) dois anos e o cancelamento surtirá efeitos retroativos.
- (B) três anos e o cancelamento não surtirá efeitos retroativos.
- (C) cinco anos e o cancelamento surtirá efeitos retroativos.
- (D) três anos e o cancelamento surtirá efeitos retroativos.
- (E) cinco anos e o cancelamento não surtirá efeitos retroativos.

**28.**

Considere as afirmativas:

- I. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- II. Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
- III. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
- IV. Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, estão sujeitas à penalidade de demissão as condutas indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

**29.**

Um técnico judiciário recusou-se, injustificadamente, a submeter-se à inspeção médica determinada pela autoridade competente. De acordo com a Lei nº 8.112/90, ele será punido com

- (A) suspensão de até quinze dias.
- (B) advertência escrita.
- (C) demissão.
- (D) suspensão de até trinta dias.
- (E) suspensão de até noventa dias.

**30.**

De acordo com a Lei nº 8.112/90, com relação à ação disciplinar é correto afirmar:

- (A) A ação disciplinar prescreverá em três anos, quanto às infrações puníveis com cassação de aposentadoria.
- (B) O prazo de prescrição da ação disciplinar começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.
- (C) A ação disciplinar prescreverá em noventa dias, quanto à penalidade de advertência.
- (D) A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar não interrompe a prescrição.
- (E) A ação disciplinar prescreverá em quatro anos, quanto à penalidade de suspensão.

## Gabarito

- 1 A
- 2 D
- 3 C
- 4 E
- 5 D
- 6 E
- 7 C
- 8 A
- 9 B
- 10 A
- 11 B
- 12 E
- 13 C
- 14 A
- 15 D
- 16 E
- 17 C
- 18 A
- 19 E
- 20 B
- 21 D
- 22 A
- 23 B
- 24 A
- 25 D
- 26 B
- 27 E
- 28 C
- 29 A
- 30 B